

Demonstrações Financeiras

Enel Soluções S.A.

(Anteriormente denominada - EN-Brasil Comércio e Serviços S.A.)

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

Enel Soluções S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Enel Soluções S.A.

(Anteriormente denominada - EN-Brasil Comércio e Serviços S.A)

Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Soluções S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Soluções S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2015 expressamos uma opinião com ressalva, pois a Companhia não procedeu ao inventário físico dos estoques registrados em seu balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 pelo montante de R\$837 mil e, como consequência, não foi possível nos satisfazermos sobre a existência e valorização dos estoques, naquela data. Adicionalmente, tendo em vista que os estoques iniciais afetam a determinação dos resultados das operações nossa opinião sobre as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentados para fins de comparabilidade foi emitida com ressalva em 25 de fevereiro de 2016.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

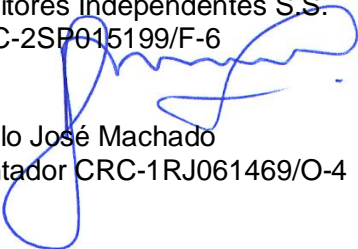
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Paulo José Machado
Contador CRC-1RJ061469/O-4

Enel Soluções S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	105	178
Títulos e valores mobiliários	4	2.227	412
Contas a receber de clientes	5	8.055	6.750
Partes relacionadas	15	2.366	1.090
Estoques	6	2.781	3.992
Tributos a compensar	7	4.059	2.333
Adiantamento a funcionários e fornecedores		785	300
Outras contas a receber		214	152
		20.592	15.207
Não circulante			
Imposto diferido	21	3.302	-
Imobilizado	8	12.895	5.597
Intangível	9	2.789	2.105
Outras contas a receber		234	380
		19.220	8.082
Total do ativo		39.812	23.289

Passivo**Circulante**

Fornecedores	10	7.052	3.128
Salários, provisões e encargos sociais	11	1.535	1.846
Empréstimos e financiamentos	12	13.085	-
Obrigações fiscais	14	1.736	1.030
Partes relacionadas	15	1.881	2.349
Receitas antecipadas	13	2.600	2.600
Adiantamentos e outras contas a pagar	16	3.447	77
		<u>31.336</u>	<u>11.030</u>

Não circulante

Receitas antecipadas	13	<u>4.702</u>	<u>7.302</u>
		<u>4.702</u>	<u>7.302</u>

Patrimônio líquido

Capital social	17	15.733	10.528
Prejuízo acumulado		<u>(11.959)</u>	<u>(5.571)</u>
Total Patrimônio líquido		<u>3.774</u>	<u>4.957</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>39.812</u>	<u>23.289</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Soluções S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/12/2015</u>
Receita Líquida	18	33.608	28.894
Custo dos serviços prestados	19	(23.479)	(17.286)
Lucro Bruto		10.129	11.608
Despesas operacionais		(18.307)	(15.088)
Despesas gerais e administrativas	19	(18.307)	(15.088)
Prejuízo operacional		(8.178)	(3.480)
Resultado financeiro		(1.512)	697
Receitas financeiras	20	885	1.119
Despesas financeiras	20	(2.397)	(422)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(9.690)	(2.783)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(3.788)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	3.302	-
Prejuízo do exercício		(6.388)	(6.571)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Soluções S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(6.388)	(6.571)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	<u>(6.388)</u>	<u>(6.571)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Soluções S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Prejuízo acumulado	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.000	200	800	117	-	2.117
Aumento de Capital	9.528	-	-	(117)	-	9.411
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.571)	(6.571)
Absorção de prejuízo	-	(200)	(800)	-	1.000	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	10.528	-	-	-	(5.571)	4.957
Aumento de Capital	5.205	-	-	-	-	5.205
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.388)	(6.388)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	15.733	-	-	-	(11.959)	3.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Soluções S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.388)	(6.571)
Ajustes por:		
atividades operacionais:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	492	386
Depreciação e amortização	462	474
Juros e variações monetárias	1.339	-
Tributos e contribuição social diferidos	(3.302)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(1.797)	1.586
Tributos a compensar	(1.726)	(610)
Partes relacionadas	(1.276)	(1.276)
Estoques	1.211	(3.155)
Adiantamento a funcionários e fornecedores	(485)	507
Outras contas a receber	84	126
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras contas a pagar	3.924	(3.453)
Salários, provisões e encargos sociais	(311)	790
Obrigações fiscais	706	(251)
Partes relacionadas	(468)	2.349
Receita antecipada	(2.600)	(2.600)
Adiantamentos e outras contas a pagar	3.370	(347)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(6.765)	(12.045)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	(1.815)	14.161
Aplicações no intangível e imobilizado	(8.444)	(2.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(10.259)	12.040
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	16.951	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	16.951	-
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(73)	(5)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	178	183
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105	178
Redução líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	(73)	(5)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Enel Soluções S.A (“Companhia”), anteriormente denominada EN - Brasil Comércio e Serviços S.A. - Prátil, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, foi constituída em 18 de agosto de 2009 e tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, a produção, industrialização, montagem e o comércio em geral, inclusive importação ou exportação, para comercialização própria ou por terceiro no varejo e/ou atacado, de qualquer mercadoria, artigo bem ou produto de qualquer natureza, incluindo os que se propiciem o uso eficiente de energia ou de recursos naturais em geral, e demais complementos e acessórios de uso doméstico, comercial e industrial, bem como a prestação de serviços em geral, de qualquer natureza ou especialidade, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 19 de abril de 2017.

Situação econômico-financeira

Em 31 de setembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$10.744, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo incorrido para financiar as obras de construção do condomínio solar. A Administração da Companhia possui expectativa, baseada em suas projeções de resultado e de fluxo de caixa, de auferir lucros operacionais e de gerar fluxos de caixa positivo. Além disso, a Administração entende que os acionistas continuarão provendo os recursos necessários para a manutenção das atividades e de seus planos de investimentos sempre que demandados.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Desrecohecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem, basicamente, suas obrigações com fornecedores e débitos com partes relacionadas. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.5. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.]

2.6. Ativo intangível

São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo intangível--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

Os custos de desenvolvimento de um projeto específico são reconhecidos como ativo intangível sempre que se puder demonstrar: (i) a viabilidade técnica de concluir o ativo intangível da forma que estará disponível para uso ou venda; (ii) a intenção de concluir o ativo e a habilidade de usar ou vender o ativo; (iii) como o ativo gerará benefícios econômicos futuros; (iv) a disponibilidade de recursos para concluir o ativo; e (v) a capacidade de avaliar de forma confiável os gastos incorridos durante a fase de desenvolvimento.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo intangível--Continuação

Custos de pesquisa e desenvolvimento--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

2.7. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas sobre serviços prestados no momento da efetiva entrega do resultado final dos serviços. A administração da Companhia efetua análise do prazo médio de prestação dos serviços e entende que estes serviços não possuem execução de longo prazo, de modo que a base técnica para o reconhecimento das receitas pela Companhia é o Pronunciamento Técnico CPC 30 (R1) - Receitas.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto diferido--Continuação

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa ("CPC 03").

2.11. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<u>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26/IAS 7</u> As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.
<u>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32/IAS 12</u> As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016--Continuação

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<p><u>IFRS 9: Instrumentos Financeiros</u></p> <p>Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases.</p> <p>As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.</p> <p>Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018.</p>
<p><u>IFRS 15: Receita de contratos com clientes</u></p> <p>Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31).</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018.</p>
<p><u>IFRS 16 Leases - Arrendamentos</u></p> <p>IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.</p> <p>A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.</p>	<p>Períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019.</p>
<p>A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.</p>	

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>105</u>	<u>178</u>
	<u>105</u>	<u>178</u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixas são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

4. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fundos de investimentos não exclusivos	<u>2.227</u>	<u>412</u>
	<u>2.227</u>	<u>412</u>

A Companhia aplica seus excedentes de caixa em fundos de investimentos, os quais referem-se a fundos multipatrocinaados de renda fixa administrados por instituição financeira de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.

5. Contas a receber de clientes

	<u>A vencer</u>	<u>Vencidos até 90 dias</u>	<u>Vencidos há mais de 90 dias</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cientes	3.614	2.392	3.249	9.255	7.458
Contas a receber partes relacionadas (Nota 15)	1.715	173	478	<u>2.366</u>	1.090
				<u>11.621</u>	8.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.200)	<u>(1.200)</u>	(708)
				<u>10.421</u>	<u>7.840</u>

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(708)	(602)	110	(1.200)
	<u>(708)</u>	<u>(602)</u>	<u>110</u>	<u>(1.200)</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Almoxarifado	2.781	3.992
	<u>2.781</u>	<u>3.992</u>

7. Tributos a compensar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	1.258	25
PIS e COFINS	1.004	745
ICMS	915	578
INSS	718	971
ISS	164	14
	<u>4.059</u>	<u>2.333</u>

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e a retenções de notas fiscais emitidas.

O saldo de contribuição social, PIS e COFINS a compensar referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas. Quanto aos saldos de INSS e ISS a compensar, os mesmos referem-se a valores retidos na fonte sobre notas fiscais emitidas à construção civil e a clientes substitutos tributários, respectivamente.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

Descrição	Taxas de depreciação média (%) a.a	2016			2015		
		Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Edificações e outros imóveis	4%	134	(54)	80	135	(48)	87
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10%	636	(542)	94	637	(276)	361
Móveis e utensílios	10%	338	(123)	215	336	(89)	247
Outros		-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado em Serviço		1.108	(719)	389	1.108	(413)	695
Imobilizado em andamento		12.506	-	12.506	4.902	-	4.902
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado em Curso		12.506	-	12.506	4.902	-	4.902
Total do Imobilizado		13.614	(719)	12.895	6.010	(413)	5.597

	31/12/2014	Adições	Trasferências	Depreciação	31/12/2015
Edificações e outros imóveis	89	-	3	(5)	87
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	30	-	581	(250)	361
Móveis e utensílios	45	-	256	(54)	247
Imobilizado em curso	3.712	2.030	(840)	-	4.902
	3.876	2.030	-	(309)	5.597

	31/12/2015	Adições	Trasferências	Depreciação	31/12/2016
Edificações e outros imóveis	87	-	-	(7)	80
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	361	-	-	(267)	94
Móveis e utensílios	247	-	-	(32)	215
Imobilizado em curso	4.902	7.604	-	-	12.506
	5.597	7.604	-	(306)	12.895

9. Intangível

Estão registrados como projetos os gastos referentes à implantação e a aquisição de licenças de uso de software e a criação de desenho arquitetônico.

No intangível em curso estão registrados os gastos referentes à implantação e desenvolvimento de softwares, enquanto os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a projetos e estudos de viabilidade de implantação e negociação de painéis solares.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Intangível--Continuação

	Softwares	Projetos	Intangível em curso	Total
Taxas de amortização média (%) a.a.	25%			
Saldo em 31 de dezembro 2014	178	1.597	404	2.179
Adições	-	-	91	91
Transferência	495	-	(495)	-
Amortização	(165)	-	-	(165)
Saldo em 31 de dezembro 2015	508	1.597	-	2.105
Adições	-	-	840	840
Amortização	(156)	-	-	(156)
Saldo em 31 de dezembro 2016	352	1.597	840	2.789

10. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	7.052	3.128
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 15)	1.881	2.349
	8.933	5.477

11. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Folha de Pagamento	671	689
Provisões de Férias	864	601
Participações nos Lucros	-	556
	1.535	1.846

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<u>Partes relacionadas</u>						
Enel Brasil I	5.633	-	31/03/2016	31/01/2017	Variável	CDI +2,72%
Enel Brasil II	5.417	-	29/06/2016	31/01/2017	Variável	CDI +2,72%
Enel Brasil IV	2.035	-	06/12/2016	31/01/2017	Variável	CDI +2,72%
Empréstimos com partes relacionadas	<u>13.085</u>	-				
Total de empréstimos e financiamentos	13.085	-				
Total de empréstimos e financiamentos	<u>13.085</u>	-				
Circulante	13.085	-				

Mutação:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015			-
Captações	17.012	-	17.012
Encargos provisionados	1.339	-	1.339
Amortizações	(5.266)	-	(5.266)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>13.085</u>	-	<u>13.085</u>

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
<u>Partes relacionadas</u>				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro	18.351	100%	-

13. Receitas antecipadas

A abertura dos saldos de receitas antecipadas considerando sua segregação entre circulante e não circulante se encontra disposta abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas antecipadas - circulante	2.600	2.600
Receitas antecipadas - não circulante	4.702	7.302
	<u>7.302</u>	<u>9.902</u>

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Receitas antecipadas--Continuação

Em 22 de outubro de 2014 a Companhia celebrou contrato junto à Tokyo Marine Seguradora S.A., passando a atuar como agente de vendas de serviços de seguros a serem comercializados a consumidores finais da respectiva seguradora. Nesta negociação, ficou definido em contrato que no decorrer do prazo de 5 anos, a Companhia será remunerada pelos serviços de agenciamento no montante I de R\$13.000, o qual fora pago de maneira antecipada pela Tokyo Marine quando da celebração do contrato.

O referido montante fora registrado como uma receita antecipada da Companhia, sendo apropriado mensalmente no decorrer do contrato. Em 31 de dezembro de 2016 foi apropriado uma receita de R\$2.600 (R\$2.600 em 2015).

14. Obrigações fiscais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	85	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	262	170
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	352	97
Programa de integração social - PIS	76	21
Instituto nacional de seguridade social - INSS	312	185
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	28	20
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	76	49
Imposto Sobre Serviços - ISS	359	232
Outros Tributos e Contribuições	186	256
	<u>1.736</u>	<u>1.030</u>

15. Partes relacionadas

	<u>31/12/2016</u>			<u>31/12/2015</u>		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (Despesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (Despesa)
Ampla Energia S.A (a)	505	79	(404)	647	58	(748)
Enel Brasil (b)	-	13.085	(1.339)	-	-	-
Enel Cien S.A (c)	43	-	-	76	-	-
Companhia Energetica do Ceará - COELCE (a)	1.698	102	739	198	78	(950)
CGTF- Central Geradora Termeletrica Fortaleza	1	-	-	1	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda (d)	-	1.597	-	-	1.597	-
Enel Green Power Participações Ltda (e)	119	-	-	168	-	-
Enel SPA (f)	-	103	496	-	616	(616)
Total de transações com partes relacionadas	<u>2.366</u>	<u>14.966</u>	<u>(508)</u>	<u>1.090</u>	<u>2.349</u>	<u>(2.314)</u>

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 5 e 10).

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Partes relacionadas--Continuação

- (a) A Companhia possui contratos vigentes com Ampla Energia e Serviços S.A. (“Ampla”) e Companhia Energética do Ceará - Coelce, ambas distribuidoras de energia pertencentes ao mesmo grupo econômico e suas operações decorrem substancialmente dos contratos de repasse da fatura de energia elétrica dos valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, bem como de serviços de fiscalização de obras.
- (b) Enel Brasil - Mútuos contratados em 2016 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 12).
- (c) Enel Cien S.A. (anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S.A.) - Se deve a faturamento pelo projeto Microredes, que tem prazo de vigência de 36 meses, sendo o valor total do contrato de R\$600.
- (d) Enel Green Power Desenvolvimento Ltda. - Refere-se a um desenvolvimento de projeto interno relativo a plano de negócio solar. Este serviço foi inicialmente contratado pela Enel Green Power com a McKinsey, tendo a Enel já liquidado este passivo. Com a migração do segmento de Geração Distribuída para a Companhia, esta constitui um passivo junto à Enel para ressarcir o valor pago à referida consultoria. As condições de preços e prazo foram estabelecidas entre as partes mediante contrato, não existindo a previsão de incidência de juros e atualização monetária, bem como de prazo pra liquidação.
- (e) Enel Brasil Participações Ltda. - Refere-se a instalação de painéis solares na embaixada Italiana no Brasil. As condições de preços e prazo foram estabelecidas entre as partes mediante contrato, não existindo a previsão de incidência de juros e atualização monetária, bem como de prazo pra liquidação.
- (f) Enel SPA - Corresponde a prestações de serviços relativos à tecnologia, estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 491 (R\$ 847 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Adiantamentos e outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar refere-se ao adiantamento feito pelas distribuidoras referente a arrecadação da 1ª quinzena de dezembro, essas operações decorrem substancialmente dos contratos de repasse da fatura de energia elétrica dos valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, bem como de serviços de fiscalização de obras.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado está representado por 11.265 mil (5.494 mil em 2015) de ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto, sendo sua distribuição como segue:

Acionista	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	11.265.032	99,999999%	5.494.155	99,999998%
Central Geradora Termoeletrica Forlaleza (Enel Geração Fortaleza)	1	0,00001%	1	0,00002%
Total	11.265.033	100%	5.494.156	100%

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2016 foi aprovado pelos acionistas o aumento do capital social da Companhia correspondentes a capitalização do saldo de mútuo existente entre a companhia e sua acionista Enel Brasil deduzidos o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF devido, totalizando, portanto, R\$5.206, com a emissão de 5.771 mil ações, ao preço unitário de emissão de R\$0,9020909.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia determina que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude do atendimento aos limites legais.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das sociedades por ações. Com base no prejuízo apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve lucro a ser distribuído sob a forma de dividendos.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Receita líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>30/12/2015</u>
Receita de Serviços	34.165	29.025
Receita de Material	4.845	2.405
Receita de Aluguel	20	107
Total da Receita operacional bruta	<u>39.030</u>	<u>31.537</u>
(-) Deduções da receita		
ISS	(1.525)	(1.312)
COFINS	(2.966)	(946)
PIS	(644)	(205)
ICMS	(287)	(180)
Total de deduções de receita	<u>(5.422)</u>	<u>(2.643)</u>
	<u>33.608</u>	<u>28.894</u>

19. Custo e despesas operacionais

	Custo do Serviço		Despesas gerais e administrativas	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	7.779	7.164	4.353	4.343
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	492	386
Material	4.718	2.673	-	-
Serviços de terceiros	10.982	7.449	12.898	9.412
Depreciação e amortização	-	-	461	474
Outras Despesas	-	-	103	473
Total	<u>23.479</u>	<u>17.286</u>	<u>18.307</u>	<u>15.088</u>

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	304	974
Outras receitas financeiras	581	145
Total da receita financeira	<u>885</u>	<u>1.119</u>
Despesa financeira		
Multas	(182)	(202)
Encargos de dívidas	(1.339)	-
Outras despesas financeiras	(876)	(220)
Total da despesa financeira	<u>(2.397)</u>	<u>(422)</u>
Total	<u>(1.512)</u>	<u>697</u>

21. Imposto de renda e contribuição social

Após um planejamento tributário realizado no final de 2015, a companhia optou por calcular o imposto de renda e a contribuição social através do lucro real (artigo 1º da Lei nº 9.430, de 1996), em função de reduzir a carga tributária para o ano de 2016 com essa forma de tributação, decisão influenciada principalmente pelo prejuízo contábil previsto para o ano.

Abaixo segue a reconciliação do IRPJ e CSLL ano 2016:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.690)	(9.690)	(2.783)	(2.783)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>2.447</u>	<u>872</u>	<u>720</u>	<u>251</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(2.285)	(822)	(3.499)	(1.260)
Incentivos fiscais e outros	(24)	-	-	-
Prejuízo Fiscal e base negativa	2.290	824	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>2.428</u>	<u>874</u>	<u>(2.779)</u>	<u>(1.009)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(2.779)	(1.009)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.428	874	-	-
Total	<u>2.428</u>	<u>874</u>	<u>(2.779)</u>	<u>(1.009)</u>

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia consistem em caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar com terceiros e partes relacionadas.

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015		
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	105	105	178	134.126	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	2.227	2.227	412	107.359	
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2	10.421	10.421	984.159	984.159	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	13.085	13.085	-	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	2	8.933	8.933	5.477	916.038	
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	2	3.447	3.447	77	77	

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos, cujos valores estão próximos aos valores de liquidação ou realização.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

23. Participação nos resultados

A Companhia implantou em 2015 o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação no exercício de 2016 foi zero (R\$556 em 2015).

Enel Soluções S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

24. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 7.247	R\$ 3.482.032
Responsabilidade Civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220